

Desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras amazônicas: entre a *border* e a *frontier*

Challenges to the Brazilian Army at Amazonian borders: between border and frontier

Resumo: O presente artigo discute os desafios do Exército Brasileiro nas fronteiras nacionais, com foco na Amazônia, tendo como pano de fundo uma abordagem teórico-conceitual de natureza interdisciplinar. Em termos conceituais, ressalta-se a natureza distinta das duas noções de fronteira (*border* e *frontier*) e o significado de cada uma dessas noções em termos de defesa e segurança. Para tanto, o artigo sugere a divisão das ameaças à segurança nacional em duas categorias: ameaças geopolíticas e ameaças securitárias. A partir dessa abordagem teórica e considerando as políticas territoriais de fronteira historicamente adotadas pelo Brasil, o artigo discute os desafios militares em espaços fronteiriços na Amazônia, analisando as principais estratégias militares adotadas para aquela região.

Palavras-chave: *Border*. *Frontier*. Ameaças geopolítica. Ameaças securitárias. Amazônia.

Abstract: This article discusses the challenges to the Brazilian Army at the border strip, with emphasis on the Amazon, based on an interdisciplinary theoretical-conceptual approach. Conceptually, the highlight is the distinctive nature of the two notions of border (*border* and *frontier*) and the significance of each of them in terms of defense and security. For this purpose, the paper suggests dividing national security threats into two categories: geopolitical threats and security threats. Based on this theoretical approach and considering the border territorial policies historically adopted by Brazil, the article discusses the military challenges at Amazonian borders, analyzing the main military strategies adopted for that region.

Keywords: Frontier. Geopolitical threats. Security threats. Amazon.

Oscar Medeiros Filho

Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército
Brasília, DF, Brasil
oscarfilho.medeiros@eb.mil.br

Recebido em: 04 out. 2019

Aprovado em: 22 nov. 2019

COLEÇÃO MEIRA MATTOS

ISSN on-line 2316-4891 / ISSN print 2316-4833

<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/index>



Creative Commons
Attribution Licence

1 Introdução

A presença do Exército Brasileiro na faixa de fronteira teve um papel relevante no processo de consolidação dos limites do Estado nacional. Nesse sentido, merece destaque a criação de colônias militares, em meados do século XIX, que tinha como finalidade vivificar a fronteira, mesclando, nas palavras do general Meira Mattos, “a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra” (MATTOS, 2011b). Naquele contexto, a preocupação com ameaças era notadamente de natureza geopolítica, oriundas de potenciais interesses externos. A noção de fronteira possuía um caráter notadamente político-jurídico, de limite, de divisa, de *border*, e a função do Exército era basicamente marcar a soberania nacional no território fronteiriço.

O imenso vazio demográfico que caracteriza a faixa de fronteira terrestre brasileira, especialmente a partir de Corumbá/MT em direção ao norte, torna relevante outra noção de fronteira: a *frontier*. Refere-se à noção de periferia, a regiões distantes, pouco desenvolvidas, com escassa presença do Estado, cuja principal preocupação militar diz respeito à garantia do exercício soberano do Estado e, conseqüentemente, do monopólio legítimo da violência. Para o Exército Brasileiro, trata-se de demandas de controle territorial de dimensões continentais, herança colonial, que ganham mais relevância quando conjugadas à percepção de que o Estado nacional encontra-se ainda em processo de formação. Nesse sentido, Marques (2007) destaca como um dos principais traços da cultura estratégica dos militares brasileiros a importância dada à estratégia da presença, entendida como fator fundamental para a integração nacional e integridade territorial do Brasil. Assim, no que concerne especificamente à Amazônia, “a presença militar é tida como uma estratégia eficaz para induzir o povoamento, inibir a ação de atores transnacionais não públicos e garantir a ordem pública na região” (MARQUES, 2007, p. 89).

Para o Exército Brasileiro, a noção *frontier* passou a ganhar mais relevância a partir das duas últimas décadas do século passado, por dois motivos: a distensão geopolítica na Bacia do Prata e a ampliação da circulação de mercadorias e do ilícito transnacional observado a partir daquele período. Nesse sentido, deve-se ressaltar o significado da LC 97 (1999), com as alterações feitas pela LC 117 (2004), que atribuiu ao Exército papel de polícia na faixa de fronteira terrestre no combate a delitos transfronteiriços e ambientais.

O presente artigo visa a discutir os desafios do Exército Brasileiro na faixa de fronteira, marcado por um complexo contexto no qual coexistem demandas oriundas de ambas as noções: *border* e *frontier*. Para tanto, o artigo está dividido em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira buscará caracterizar as fronteiras na Amazônia a partir de duas categorias: *border* e *frontier*. Numa perspectiva mais histórica, a segunda seção descreverá as políticas territoriais de fronteira adotadas pelo Brasil. Na terceira, será discutida a natureza das ameaças, dividindo-as em duas categorias: geopolíticas e securitárias. Na quarta seção serão analisadas as estratégias militares brasileiras para a Amazônia. Por fim, na sexta seção, serão discutidos os desafios militares em espaços fronteiriços na Amazônia: em busca de desenvolvimento soberano.

2 Fronteiras na Amazônia: características e implicações militares

Os espaços fronteiriços na Amazônia constituem sério desafio ao Estado brasileiro, exigindo a adoção de políticas territoriais excepcionais. Há um conjunto de fatores que justificam tais políticas, relacionados a fatores naturais (clima e vegetação que tornam a região um ambiente de difícil acesso

aos transportes terrestres), à baixa densidade demográfica e a dificuldades logísticas, resultantes desses fatores, que dependente, quase que exclusivamente, das vias fluviais e aéreas. Trata-se de uma região periférica, carente da presença do Estado. Essa situação tem sido agravada pela presença de fluxos de ilícitos transfronteiriços que transbordam entre os países vizinhos, dentre os quais se destaca o transporte de cocaína pelos rios da região advindos dos dois maiores centros produtores do mundo (Colômbia e Peru) em busca do comércio internacional via Oceano Atlântico.

2.1 *Border ou frontier*

A complexidade dos espaços fronteiriços tem imposto aos estudos de fronteira novas abordagens que, adotando perspectivas interdisciplinares, sejam capazes de superar as limitações de enfoques tradicionais que muitas vezes ficavam restritas a significado de limite, sem capacidade analítica de captar o significado de fenômenos transfronteiriços.

Analisando as peculiaridades que envolvem a formação das fronteiras na América Latina, Vargas (2017) oferece uma interessante distinção entre dois tipos de fronteira: a fronteira como limite do território e a fronteira como lugar. A primeira se refere à acepção mais corrente e designa “os limites territoriais de um Estado” (VARGAS, 2017, p. 36). Na segunda, a “fronteira, mais do que tão somente apartar, tem também o condão de unir povos vizinhos. Para além de sua caracterização como limite territorial, pode ser compreendida como um lugar, um espaço vivenciado em comum [...]” (VARGAS, 2017, p. 44).

Vargas apresenta ainda outras concepções de fronteira, com a proposta pelo historiador norte-americano Frederick Jackson Turner que, em sua obra *The significance of the frontier in American history* (1893), atribuindo o desenvolvimento histórico dos EUA à existência das chamadas “terras livres” a oeste, sugeriu uma outra conotação para o termo fronteira que, diferentemente do sentido política presente na literatura europeia (limite que separa países, populações ou civilizações), nos Estados Unidos passava a designar “a linha divisória entre a terra povoada e a terra livre, assim como o encontro entre o civilizado e o primitivo.” (VARGAS, 2017, p. 62).

É nesse sentido que Medina García (2006, p. 14), ao apresentar contribuições teóricas para o estudo sobre fronteiras internacionais, observa que a literatura tem tratado o tema de duas formas: ou como o limite de um território exclusivo sobre o qual um Estado-nação exerce sua soberania (*border*), ou como um espaço difuso e de transição entre culturas ou civilizações adjacentes (*frontier*). O autor chama a atenção para o fato de que, geralmente, as fronteiras são ambas as coisas ao mesmo tempo

Considerando as peculiaridades de defesa e segurança na Amazônia, entendemos como muito adequada a sugestão proposta por Medina García (2006). Para tanto, e considerando o emprego das forças armadas, buscaremos estabelecer a distinção conceitual entre duas noções de fronteira: *border* e *frontier*.

A primeira, e mais recorrente, refere-se à noção de limite, de divisa (*border*). Corresponde a uma faixa de contato – logo de tensão, entre territórios contíguos, de caráter notadamente político-jurídico. No nível dos Estados Nacionais, essa noção corresponde ao ponto de separação/contato entre territórios sobre os quais esses Estados exercem suas soberanias, e se expressa por meio de linhas, sejam elas naturais ou artificiais. O muro que estabelece a divisa entre os EUA e o México,

por exemplo, constitui a dimensão material visível desse limite. A fronteira *border* estabelece, portanto, a linha pela qual fica definido a atuação soberana de um determinado Estado, possuindo, naturalmente, forte conotação militar.

A segunda concepção de fronteira (*frontier*) se refere à noção de periferia, a regiões distantes, pouco exploradas. Do ponto de vista político, corresponde a porções do território nacional com escassa presença do Estado, pouco desenvolvidas, e ainda não totalmente vivificadas nem controladas pelo poder central. Nesse caso, a principal preocupação militar diz respeito à garantia do exercício soberano do Estado e, conseqüentemente, do monopólio legítimo da violência, em territórios remotos.

A distinção entre as noções *border* (“fronteira divisa”) e *frontier* (“fronteira periferia”) é importante na medida em que delas se originam preocupações militares diversas. Enquanto a primeira sugere ameaças do tipo clássica (questões geopolíticas), a segunda se refere a ameaças insurgentes, cujas raízes geralmente deitam sobre as próprias vulnerabilidades do Estado (questões securitárias). Ambas, entretanto, estão na raiz do significado de Estado Nacional e de forças armadas como seu instrumento militar.

Nas fronteiras Amazônicas coexistem as duas noções aqui apresentadas. Nesse caso, para além do significado de fronteiras que dividem Estados nacionais independentes (*border*), esses espaços constituem periferias territoriais (*frontier*), carentes de controle territorial e, portanto, de soberania efetiva. Tal perspectiva deve conceber o fato de que, ainda que o conflito interestatal não tenha sido eliminado nos cálculos dos Estados-Maiores, as ameaças mais iminentes nesses países não têm origem em conflitos militares, mas na incapacidade dos Estados de exercerem o pleno controle de seus territórios e de adotarem políticas públicas eficientes no enfrentamento das vulnerabilidades sociais.

3 Políticas territoriais de fronteira e desafios militares

A presente seção discutirá as estratégias de controle territorial historicamente adotadas pelo País, buscando compreender de que maneira as noções discutidas na seção anterior têm impactado o emprego das forças armadas em regiões de fronteira.

O Brasil possui dimensões continentais, herança do *modus operandi* português de administração colonial que, diferentemente do modelo espanhol adotado em nosso entorno, mostrava-se cioso ao controle de suas porções territoriais, mesmo aquelas distantes de seus centros comerciais. Wanderley Messias da Costa lembra que, “enquanto os castelhanos, envolvidos desde o início com a exploração das minas nos altiplanos andinos e no México, concentravam aí o grosso de sua ocupação, os portugueses, que só dois séculos depois iniciaram a mineração no interior, alargaram (com a agricultura e a pecuária, principalmente) os seus domínios” (COSTA, 2002, p. 30). Segundo Meira Mattos, Portugal sempre se preocupou em estabelecer uma estratégia geopolítica para assegurar o seu domínio territorial (MATTOS, 2011a). Seriam exemplos desse *modus operandi* os diversos fortes instalados a montante das grandes bacias hidrográficas, nas extremidades do território nacional. Tais fortificações testemunham a preocupação antiga das elites dirigentes com o controle territorial do país.

Nesse sentido, a ocupação da Amazônia constitui um exemplo de aplicação do fundamento geopolítico de controle territorial. Segundo Bertha Becker,

Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia [...] (BECKER, 2005, p. 71).

Já no Império, em meados do século XIX, o Brasil passou a adotar a concepção de colônias militares, o que representava uma evolução do antigo conceito de vigilância e proteção militar, por meio da construção de fortes e fortins. Meira Mattos (2011b, p. 108) lembra que “o império, em 1840, ao criar as colônias militares, pretendeu estendê-las como processo de fixação de população em determinados pontos da fronteira terrestre desabitada; o forte já não era tão necessário, mas o quartel o substituiria, oferecendo um ponto de apoio social à população adjacente”. Rodrigues e Silva (2017) observam que só nos anos 1850 foram criadas vinte e uma colônias militares no Brasil, distribuídas do Rio Grande do Sul à província do Pará. (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 67). Por esse modelo, buscava-se vivificar a faixa de fronteira¹ por meio do povoamento, proporcionando aos colonos vários incentivos, inclusive de doação de terras aos que se interessassem por se radicar naquela região. Com essa estratégia territorial, o império buscava “ocupar a sua fronteira mais longínqua mesclando a arma de defesa e a enxada da fixação econômica do homem à terra” (MATTOS, 2011b, p. 112-113).

Para Rodrigues e Silva (2017, p. 68), a instalação dessas colônias militares nas áreas limites do Brasil com os países estrangeiros sinaliza uma estratégia de ocupação das fronteiras que tinha por finalidade evitar “o avanço indesejável dos nossos vizinhos sobre o território brasileiro”. Sob tal estratégia, apenas a presença militar não seria suficiente para a proteção das extensas fronteiras brasileiras. Fazia-se necessário, “uma colonização eficaz, na qual os colonos povoariam, produziriam e defenderiam os limites nacionais.” (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 68). Nesse sentido, a implantação das colônias militares pode ser compreendida no contexto de um propósito estatal em promover a ocupação territorial, como um “instrumento para criar as condições de produtividade, em um ambiente hostil e isolado, um movimento de povoamento, de segurança e de defesa territorial, que exigiam dos colonos a superação das dificuldades impostas pelo espaço.” (RODRIGUES; SILVA, 2017, p. 73).

Vale destacar que tais estratégias fronteiriças eram parte de uma política muito mais ampla do Império de busca da manutenção de sua própria unidade territorial, na qual as províncias funcionavam como circunscrições territoriais da unidade geral. Considerando o contraste em relação ao processo disruptivo que fragmentou a América Hispânica ao longo do século XIX, Magnoli (2003, p. 8) observa que, no Brasil, o poder imperial surge como resposta à ameaça da desintegração republicana e como instrumento da unidade política e territorial. Segundo Magnoli (2003, p. 9), a política de fronteiras do Estado imperial tinha com plataforma a ideia de um “território imaginário” para o Brasil, cuja base histórica “foram os tratados de fronteiras firmados

1 “A primeira vez que a legislação brasileira reconheceu o *status* jurídico de faixa de fronteira foi através da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, na qual o imperador Pedro II estabelecia uma zona de 10 léguas (66 km) nos limites do império com os países vizinhos, onde seriam estabelecidas colônias militares.” (MATTOS, 2011b, p. 81-82).

entre as coroas ibéricas na segunda metade do século XVIII e, muito especialmente, o trabalho de reconhecimento de campo e cartografia empreendido pelas comissões de limites”.

No período republicano, merece destaque o esforço do Estado brasileiro em realizar a demarcação das nossas fronteiras terrestres. Criada em 1927, e chefiada pelo marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, a Comissão de Inspeção de Fronteira tinha por missão realizar, até o final do governo do presidente Washington Luiz, a inspeção minuciosa das fronteiras do País, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança (RODRIGUES, 2017, p. 130). A ideia de levar a presença do Estado aos rincões mais periféricos do País estava no bojo dessa missão. A imagem a seguir é representativa dessa ideia. Nela, observa-se o hasteamento do Pavilhão Nacional na faixa fronteiriça pelo marechal Rondon durante a campanha de inspeção de fronteiras.

Figura 1 – Hasteamento do Pavilhão Nacional na fronteira²



Fonte: Arquivo Histórico do Exército (1929).

Analisando as imagens fotográficas produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, Rodrigues (2017, p. 131-132) observa que o pensamento político daquele momento histórico tinha no

2 A fotografia foi retirada na sede da Fazenda São Marcos (comunidade indígena de Campo Alegre), localizada no atual Município de Boa Vista (RR), às margens do Rio Uraricoera, próximo à confluência com o rio Tacutu. Trata-se de celebração da festa da Bandeira. Destaca-se o general Rondon, realizando o hasteamento do pavilhão brasileiro. À esquerda, verificasse oficiais do Estado-Maior formados e, à direita, o restante da tropa armada com fuzil, prestando continência à Bandeira. No fundo, vários nativos acompanhando a cerimônia. O cerimonial tinha como finalidade inserir na população nativa a cultura nacional, através do reconhecimento de um dos símbolos da nação, de maneira que a festa permanecesse na memória do povo, contribuindo para o estabelecimento do domínio do Estado na região. Festa e símbolo foram unidos para a manutenção da soberania territorial. (Descrição gentilmente realizada pelo Prof. Fernando da Silva Rodrigues).

Exército seu principal instrumento de manutenção da ordem estabelecida e da expansão do progresso, condições entendidas como essenciais para o estabelecimento da soberania nas áreas fronteiriças.

Faz-se necessário ressaltar que todas essas ações do Estado, sejam por meio da criação de Colônias Militares, ou pela nomeação de comissões de inspeção, possuíam caráter notadamente geopolítico, ou seja, de fixação do domínio territorial em áreas remotas. Até então, as preocupações diziam respeito essencialmente a ameaças de natureza externa. Essa ideia pode ser observada, por exemplo, nas finalidades descritas no Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959, que aprovava o Regulamento das Colônias Militares de Fronteiras na Amazônia:

Art. 2º As finalidades das Colônias Militares de Fronteira são, principalmente:

- a) **nacionalizar as fronteiras do país**, particularmente aquelas não assinaladas por obstáculos naturais;
- b) criar e fixar núcleos de população nacional nos trechos das fronteiras, **situadas defronte das zonas ou localidades prósperas do país vizinho**, bem como nos daqueles onde haja vias ou facilidades de comunicações (rios navegáveis, estradas ou campos) que dêem franco acesso ao território nacional;
- c) promover o desenvolvimento da população nas zonas ou nas localidades de fronteira onde haja exploração de minas, indústria pastoril ou agrícola **em mãos de estrangeiros de país limítrofe**. (BRASIL, 1959, grifo nosso).

Naquele contexto, a preocupação com ameaças era notadamente de natureza estatal, tendo o vizinho como referência praticamente exclusiva. Tratava-se de manter o território diante de potenciais interesses externos. O Art. 3º do referido documento corrobora essa ideia ao afirmar que uma das atribuições das Colônias Militares de Fronteira seria assegurar “a presença do pavilhão brasileiro em pontos extremos do nosso espaço amazônico, afirmando de forma inequívoca a posse da terra e a nossa soberania naquelas regiões” (BRASIL, 1959). Como exposto claramente, a função principal dessas colônias militares seria povoar (vivificar) as fronteiras, na esperança de que essas viessem a se transformar em núcleos de povoamento, conforme previa o Art. 88 daquele documento: “As Colônias Militares de Fronteira que atingirem desenvolvimento à altura de comunidade civil, serão emancipadas” (BRASIL, 1959). O fato é que muitas colônias militares se constituíram embriões de povoamento, tendo se transformado em vilas e, mais tarde, em cidades (FRANCHI, 2013, p. 126). A política de criação de novas colônias militares permanece na República e se estendeu até 1967, ano em que foi recriada a Colônia Militar de Tabatinga (FRANCHI, 2013, p. 135).

Analisaremos na seção seguinte as estratégias militares adotadas pelo Exército Brasileiro para a faixa de fronteira na Amazônia. Antes porém, faz-se necessário uma breve discussão das principais ameaças naquela região.

4 A natureza das ameaças e as preocupações militares

Para fins de análise, dividiremos as preocupações militares em duas dimensões, que denominaremos de *geopolítica* e *securitária*. A primeira está relacionada à soberania *westfaliana* e à função precípua de qualquer força armada: a garantia da integridade territorial do Estado Nacio-

nal. No caso específico da Amazônia, diz respeito ao controle e à gestão soberana de seus recursos naturais em meio a cobiça potencial de grandes potências. A segunda dimensão diz respeito à *soberania* doméstica e à ameaça de surgimento naquele espaço de “zonas cinzentas”, em que o Estado teria dificuldades de aplicar de forma efetiva o monopólio da violência legítima, abrindo espaço para a proliferação de ilícitos de toda ordem e, o que é mais grave, para o aparecimento de poderes paralelos no tecido social. Analisaremos, a seguir, os desafios militares em área de fronteira diante de cada uma dessas dimensões.

4.1 Dimensão geopolítica das ameaças e desafios militares

Não obstante a urgência com as preocupações securitárias na região, como veremos mais à frente, a dimensão geopolítica das ameaças na Amazônia constitui a razão maior de ser das forças armadas: a manutenção da independência e da integridade territorial dos Estados. Nesse sentido, a noção de “*border*”, conforme discutida na seção anterior, não pode ser menosprezada. Trata-se de um conjunto de preocupações militares que remete à perspectiva clássica das relações internacionais no qual os Estados nacionais disputam recursos buscando maximizar seus ganhos e que, historicamente, tem levado a guerras.

No caso específico da Amazônia, entretanto, duas peculiaridades devem ser ressaltadas. A primeira, que potencializa esse tipo de preocupação, diz respeito à abundância de recursos naturais presentes na região (água, diversidade de flora e fauna, minerais raros etc.) que confere ao seu território um caráter estratégico. A segunda peculiaridade, por razões geográficas (imensidão) e históricas (trata-se de ex-colônias, cujas fronteiras foram traçadas de forma amistosa), diz respeito ao fato de que os vizinhos não se percebem como ameaça mútua.

Coerente com o *modus operandi* territorial historicamente adotado, percebe-se entre os militares brasileiros uma preocupação muito maior com a cobiça internacional sobre a Amazônia. Os militares brasileiros têm se mostrado muito mais ciosos da manutenção independente da soberania na região. A denúncia recente feita por militares brasileiros³ ao projeto de criação de um corredor ecológico internacional na região, conectando os ecossistemas dos Andes, da Amazônia e do Oceano Atlântico, conhecido como “Corredor Triplo A”, e que conta com apoio do Governo Colombiano, ilustra bem esse caso.

Em agosto de 2019, dois eventos contribuíram para elevar esse debate a uma questão de risco existencial para o Brasil. O primeiro foi a publicação do artigo “Who will invade Brazil to save the Amazon?”⁴, de autoria de Stephen Walt, na revista *Foreign Policy*. Nele, Walt apresenta um ensaio teórico sobre a pertinência de intervenção internacional para prevenir catástrofes ambientais usando como estudo de caso a Amazônia brasileira. A discussão central diz respeito à capacidade dos Estados se manterem independentes diante da pressão ambiental internacional.

3 Em 19 de setembro de 2018, o então Comandante do Exército Brasileiro, Gen Villas Boas, postou em sua conta de *Twitter*: “Minha missão como Comandante do Exército, preocupado com interesses nacionais, é indicar os riscos dessa proposta para o país. Precisamos discutir profundamente com a sociedade. Nossa sociedade!” (VILLAS BOAS, 2018)

4 O artigo foi publicado no dia 5 de agosto. No dia seguinte, a revista alterou o título, que passou a figurar com “Who will save the Amazon (and how)?”.

A conclusão do autor é preocupante: por não possuir uma capacidade dissuasória crível, o Brasil se tornaria vulnerável àquelas pressões (WALT, 2019).

O segundo evento refere-se a inclusão do tema “queimadas na Amazônia” na reunião do G7, realizada entre os dias 24 a 26 de agosto de 2019, na cidade de Biarritz, na França. Na ocasião, o presidente da França, Emmanuel Macron, chegou a sugerir a possibilidade de atribuição de um *status internacional* à Amazônia caso algum Estado soberano tomasse decisões que se opusessem ao interesse de todo o Planeta.

O risco de internacionalização da Amazônia tem se constituído, há décadas, no “carro-chefe” das ameaças externas. Não se admite compartilhamento na gestão, a não ser com os “condôminos”, conforme proposto no início dos anos 1980 pelo general Meira Mattos em “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”. A perspectiva “pan-amazônica” está na base da criação do Tratado de Cooperação Amazônica⁵, em 1978, unindo Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela em torno de uma agenda comum para a região. Essa era a visão da política externa brasileira, para quem a criação de um instrumento regional, como o TCA, constituía o melhor antídoto para coibir a “manobra da internacionalização”, na medida em que reservava às nações amazônicas, a responsabilidade exclusiva pelo destino daquela região (RICUPERO, 1984, p. 186). Diante dessas ameaças, a saída encontrada seria a cooperação entre os países da região.

4.2 Dimensão securitária das ameaças e desafios militares

A dimensão securitária na Amazônia diz respeito à noção de *frontier*. Refere-se ao desafio de manter a soberania doméstica sobre o vasto território amazônico. Está relacionada ao risco de fragmentação territorial, realidade historicamente mais presente na região a partir dos anos 1980, com o agravamento dos conflitos internos na Colômbia. Naquele país, o crescimento da violência advinda de diferentes grupos armados (guerrilhas, autodefesa, narcotraficantes etc.), conjugado com a fragilidade estatal e alto grau de corrupção social, conduziu à perda do controle de porções territoriais, levando ao que Martín Moreno (2017, p. 98-9) chama de uma espécie de renúncia tácita ao exercício do monopólio de armas pelo Estado colombiano em alguns territórios da geografia nacional.

Nesse contexto, as ameaças mais urgentes não se referem a questões de fronteira (geopolíticas), mas a problemas na fronteira (de natureza criminosa). São preocupações oriundas menos de ameaças militares stricto sensu e mais de problemas advindos da própria fragilidade do império da lei e ao alto grau de violência social presente na região. Tais vulnerabilidades têm, notadamente, origem na carência de presença do Estado e/ou na degradação funcional (prover serviços básicos à população) e territorial de sua função pública (exercer o império da lei), conjugado à criminalidade transnacional muito comum naquele lugar. A noção de “áreas marrons” parece se aplicar muito bem à realidade fronteiriça na Amazônia. Estudando a fronteira entre a Colômbia e o Brasil, Trejos Rosero (2015, p. 40) define “áreas marrons” como espaços em que atores não-estatais, vinculados a práticas e redes ilegais

5 Em 1998 foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dando personalidade jurídica de organização internacional ao TCA. Atualmente, a OTCA tem uma agenda focada no desenvolvimento e proteção da região Amazônica, cujos meios principais são construir aproximações entre atores nacionais, órgãos de fomento, movimentos sociais, comunidades científicas, setores produtivos e as sociedades desses países. Ainda que esteja dividida em três dimensões de atuação – político-diplomática; estratégica; e técnica –, a organização não possui em sua agenda das últimas décadas uma linha de ação na área de segurança (ORGANIZACIÓN DEL TRATADO DE COOPERACIÓN AMAZÓNICA, 2017).

locais e internacionais, acumulam tantos recursos e influências que se sobrepõem às frágeis instituições do Estado. Segundo ele, essas “áreas marrons” acabam se configurando como “territorialidades armadas”, entendidas como espaços nos quais o poder institucional não é soberano e onde setores sociais manifestam abertamente o desejo de não se submeter à ordem estatal, resistindo ao seu controle, deixando latente a possibilidade de enfrentá-lo com armas (TREJOS ROSERO, 2015, p. 44).

Reconhecer a presença de “áreas marrons” em território nacional significa admitir o fato de que o Estado nem sempre dispõe das condições logísticas, de recursos ou de competência suficiente para exercer o monopólio do uso legítimo da violência (RUEDA, 2017, p. 48); e que, em casos mais graves, a ausência de Estado, têm proporcionado condições para a aparição e consolidação de poderes paralelos, que baseados no uso da violência acabam por estabelecer suas próprias ordens sociais e econômicas (TREJOS ROSERO; LUQUETTA CEDIEL, 2014, p. 34).

Sob tais condições, questiona-se o conceito geopolítico de território exclusivo, segundo o qual o Estado Nacional exerceria soberania plena e evidencia-se uma tensão de fundo marcada pelo desafio do Estado de manter seus preceitos de soberania e de monopólio legítimo da violência; diante de dinâmicas de fragmentação territorial em que atores diversos – em muitos casos apoiados por recursos de atividades ilícitas, estabelecem formas paralelas de poder e controle territorial (RUEDA, 2017, p. 50-51).

Do ponto de vista da perspectiva militar, a possibilidade de surgimento de poderes paralelos, configurando “territorialidades armadas”, constitui uma das maiores ameaças à soberania estatal. Vale destacar que a ideia de soberania aqui deve ser menos relacionada ao seu sentido westfaliano, relacionado à capacidade de autonomia do Estado para tomar decisões sem ingerência de terceiros, e mais à ideia de soberania doméstica, que se refere ao exercício da autoridade do Estado dentro de seu próprio território, incluindo o controle efetivo das fronteiras (KRASNER, 1999).

O corolário resultante dessa equação parece desafiar a lógica realista do “Dilema de Segurança” proposta por John Herz, sugerindo sua inversão: aqui a ameaça passaria a ser o vizinho fraco, incapaz de controlar seu próprio território, e não o vizinho forte (VILLA; MEDEIROS FILHO, 2007, p. 8). Ou seja, nesse caso, as ameaças teriam origem não em políticas de poder adotadas pelos Estados, mas na incapacidade destes de adotarem políticas públicas no enfrentamento de suas vulnerabilidades sociais.

Independentemente da origem, das motivações e da trajetória desses grupos armados (insurgentes ou criminais), o fato mais nefasto para o Estado é que eles acabam por adquirir um papel político na sociedade, regulando a ordem social de comunidades periféricas e marginalizadas (RAMIREZ; DUNCAN, 2014, p. 164). Na prática, a capacidade política desses grupos está baseada em sua imposição como autoridade de fato em territórios à margem do Estado (RAMIREZ; DUNCAN, 2014, p. 189). Sob tal contexto, as noções de soberania e “integridade territorial” passam a ser ressignificados na medida em que, diferentemente da perspectiva geopolítica clássica interestatal, os contendores não querem mais necessariamente se “apropriar” desses territórios, mas sim, manter o controle socioeconômico dessas áreas.

5 Estratégia militar brasileira para a Amazônia

Apesar da preocupação histórica com a defesa da Amazônia, somente a partir das duas últimas décadas do século XX essa região passou a ser prioridade para os militares brasileiros. Até

então, as atenções eram voltadas para o arco sul da fronteira brasileira, numa dimensão genuinamente geopolítica, onde, naquele contexto, a Argentina figurava como ameaça em potencial.

Faz-se necessário ressaltar que, não obstante os desafios de natureza intraestatal (consolidação da integração e coesão nacional), do ponto de vista da geopolítica regional o desafio vital para o Brasil, ao longo de quase todo o século XX, era a “neutralização” de seu principal rival: a Argentina. Escrevendo no início dos anos 1930, Mário Travassos, pioneiro da geopolítica entre os militares brasileiros, mostrava-se incomodado com o avanço das comunicações de transportes argentinas sobre parte considerável do território sul-americano. Diante desse quadro, Travassos propunha a projeção do Brasil em direção ao oeste do subcontinente, buscando, principalmente, controlar o altiplano andino da Bolívia, considerado por ele o *heartland* sul-americano, representado pelo triângulo Cochabamba (andina), Sucre (plantinha) e Santa Cruz (Amazônica) (TRAVASSOS, 1938, p. 142).

No que diz respeito às ameaças extrarregionais, Travassos se preocupava com a influência *yankee*, como ele se referia aos EUA, especialmente diante das vulnerabilidades presentes no canto noroeste do subcontinente (Venezuela, Colômbia e Equador). Para ele, “A instabilidade geográfica do canto noroeste do continente, entretanto, justo porque está numa das extremidades da massa continental, se mostra presa fácil a influências extracontinentais.” (TRAVASSOS, 1938, p. 52). Na sua visão, “O Canal do Panamá e a Mar das Antilhas – incubadora da influência yankee – exprimem bem o caráter das pressões que exercem nessa extremidade do continente” (TRAVASSOS, 1938, p. 52).

Utilizando a divisão da Faixa de Fronteira em três grandes Arcos (Norte, Central e Sul), proposta pelo Ministério da Integração Nacional (Figura 2), podemos dizer que até os anos 1980 a prioridade estratégica de fronteira no Brasil correspondia ao arco Sul, especialmente advindas dos contenciosos geopolíticos com a Argentina. A partir dessa década, paulatinamente a Amazônia passou a ganhar relevância.

Figura 2 – Arcos da faixa de fronteira



Fonte: Adaptado de Brasil (2005b, p. 53).

Nesse contexto, Paulo Kuhlmann (2007) observa que em meados dos anos 1980, sob a gestão do ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves (1985-1990), o Exército passa por um grande processo de reestruturação, que inclui a criação do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), em 1985; de um novo órgão para gerenciamento das operações militares (Comando de Operações Terrestres – COTER, em 1990); além do início da reorganização da força terrestre que levaria, ao longo dos anos 1990, a mudança de brigadas do centro-sul para a Amazônia, como por exemplo, a transferência, em 1993, da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Santo Ângelo-RS para Tefé-AM (atual 16ª Brigada de Infantaria de Selva) e, em 1998, da 2ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Niterói-RJ para São Gabriel da Cachoeira-AM (atual 2ª Brigada de Infantaria de Selva). A esse processo, de transferência das atenções do sul para o norte, Kuhlmann descreve da seguinte forma:

Se a ideia de soberania é a de presença estatal, vivificação de fronteiras e fornecimento de serviços básicos, ela tem se estabelecido na região Amazônica, junto ao Programa Calha Norte, que se iniciou como projeto de governo na década de 1980. Nessa região as missões abrangem a toda gama possível para as forças militares: construção da nação (*nation building*), por meio da vivificação de fronteiras, com a ideia de colonização e de nacionalização do índio, ações tipo polícia na contenção de ilícitos de toda ordem (contrabando, tráfico de drogas, dentre outras), policiamento na fronteira, combate convencional contra inimigo de mesmo porte e combate irregular (estratégia da resistência) contra inimigo muito superior. Desde a década de 1990 essa região assume definitivamente a condição de área estratégica prioritária para a defesa externa. (KUHLMANN, 2007, p. 159-158).

Os motivos pelos quais a região Amazônica passou a ser uma prioridade estratégica, portanto, advinham de duas questões principais – cada uma delas relacionada a uma noção de fronteira (*border*; *frontier*), descritas em seção anterior. No que se refere à noção *border*, as preocupações se relacionavam ao aumento da pressão internacional sobre os países amazônicos – revestido de uma narrativa ecológica (ambiental), mas percebida pelos militares como uma forma de cobiça sobre os recursos naturais daquela região.

Em relação à noção de *frontier*, a preocupação advinha da presença de grupos armados junto à fronteira, especialmente com a Colômbia, e o risco de transbordamento para o Brasil. Para os militares brasileiros, a preocupação com a dimensão securitária em áreas de fronteira é relativamente recente. Um dos pontos de inflexão na mudança de percepção militar sobre a natureza das ameaças na região foi o ataque ao Destacamento do Exército Brasileiro situado no Rio Traíra, ocorrido em 1991, supostamente realizado por guerrilheiros colombianos. Essa preocupação se tornou ainda mais relevante a partir de sinais de aproximação de grupos guerrilheiros com narcotraficantes.

Nesse contexto, a primeira estratégia de vulto foi o Projeto Calha Norte (PCN), lançado em 1985, que, dividido em uma vertente civil e outra militar, visava a incrementar relações bilaterais, intensificar a presença militar, melhorar as definições de marcos limítrofes e as infraestruturas viária e energética, além de ofertar mais recursos sociais básicos na área (DINIZ, 1994, p. 5).

Tal iniciativa levou a um aumento da presença militar na Amazônia. A transferência de unidades militares do centro-sul do País para a região testemunha essa mudança estratégica.

Mais recentemente, a importância dessa região passou a ser explicitada na Política Nacional de Defesa da seguinte forma:

A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, **é foco da atenção internacional**. A garantia da presença do Estado e a vivificação da faixa de fronteira são dificultadas pela baixa densidade demográfica e pelas longas distâncias, associadas à precariedade do sistema de transportes terrestre, o que condiciona o uso das hidrovias e do transporte aéreo como principais alternativas de acesso. Estas características facilitam a prática de **ilícitos transnacionais e crimes conexos**, além de possibilitar a presença de grupos com objetivos contrários aos interesses nacionais. (BRASIL, 2005a, p. 4, grifo nosso).

Interessante observar que na transcrição acima estão presentes as duas noções de fronteira: *border* e *frontier*. Diante desse quadro, a Estratégia Nacional de Defesa (END) sugere o emprego da estratégia da presença⁶ por meio do “aumento da participação de órgãos governamentais, militares e civis, no plano de vivificação e desenvolvimento da faixa de fronteira amazônica, empregando a estratégia da presença” (BRASIL, 2008, p. 49). No caso específico da Amazônia, “a estratégia da presença subtende, além do fazer-se presente (mobilidade), o estar presente (vivificação), com o envolvimento de órgãos governamentais, tanto civis como militares.” (BRASIL, 2015, p. 4).

Retomaremos na seção seguinte a estratégia da presença para abordar a ideia de “país em desenvolvimento soberano” e como isso impacta sobre a cultura estratégica dos militares brasileiros.

6 Desafios militares em espaços fronteiriços na Amazônia: em busca de desenvolvimento soberano

Segundo Mohamed Ayoob (1995), para além das questões de defesa *stricto sensu*, os países em desenvolvimento incluem na sua agenda de segurança um conjunto de desafios relacionados ao processo de formação desses próprios Estados (*state building*). Segundo Ayoob (1995, p. 9), diferentemente do modelo clássico de segurança internacional, as questões de segurança/insegurança em países em desenvolvimento são definidas em relação às vulnerabilidades que ameaçam ou têm o potencial de ameaçar as próprias estruturas do Estado. Dessa forma, a principal preocupação das elites dirigentes diz respeito a questões ligadas a estruturas do Estado e ao regime de governo, envolvendo desafios relacionados à legitimidade de instituições e regimes e à carência de coesão social (AYOUB, 1995, p. 28).

6 A estratégia da presença tem sido contemplada nos diferentes documentos de defesa. Conforme a Doutrina Militar de Defesa, de 2007, essa estratégia “caracteriza-se pela presença militar, no território nacional e suas extensões, com a finalidade de cumprir a destinação constitucional e as atribuições subsidiárias. É efetivada não só pela criteriosa articulação das organizações militares no território, como também preponderantemente pela capacidade de rápido deslocamento para qualquer região do País, quando necessário.” (BRASIL, 2007, p. 36). Ela “supõe tanto a presença física como a capacidade de se fazer presente em qualquer parte do território nacional pelo rápido deslocamento de tropas, caracterizando a chamada mobilidade estratégica” (BRASIL, 2015, p. 4).

As fragilidades estatais⁷ observadas em países da região estariam relacionadas aos sérios desafios por eles enfrentados quanto à aplicação do império da lei em porções de seus próprios territórios, e derivariam do lento processo histórico de desenvolvimento, marcado por carências socioeconômicas e institucionais, típicas de Estados em processo de formação. Trata-se, portanto, de desafios relacionados a processos de “national state building”⁸.

Diante de tais desafios para os exércitos nacionais, os militares se veem imbuídos da missão “republicana” de contribuir para o desenvolvimento nacional que envolve a consolidação da soberania interna e a integridade territorial do Estado. Trata-se de um elemento ideacional orgânico à sua cultura institucional, compartilhado pelos militares de ambos os países, e que tem por base o sentimento de incompletude do Estado Nacional – ainda em processo de consolidação.

O *Manual de Campanha: Estratégia* do Exército define a “estratégia de presença” como “a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 2001, p. 3-8). A expressão “desenvolvimento nacional” constante do documento do Exército deixa revelar, mais uma vez, um elemento ideacional orgânico à sua cultura institucional e que se expressa por meio de uma espécie de “missão republicana” advinda dos processos de *national state building*.

O próprio Estado-Maior do Exército reconhece a estratégia de presença como uma espécie de “tarefa geopolítica”, sugerindo:

Em relação ao território nacional, prosseguir com a Estratégia da Presença, por tratar-se de vetor fundamental de apoio ao Estado Brasileiro na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro. Temos consciência de que o Exército, além de ser com frequência a única presença do Estado em áreas remotas, é uma importante ferramenta de suporte aos demais setores da sociedade. Ademais, a Presença nos proporciona a identificação com as populações locais, influenciando sobre a vontade nacional e ajudando a formar o sentimento nacional de relevância do Estado brasileiro [...] (BRASIL, 2010, p. 26).

7 A discussão do tema leva, inevitavelmente, à ideia de “Estados falidos”, muito em voga na literatura internacional do pós Guerra Fria, e que se refere a Estados sem capacidade para desempenhar funções consideradas fundamentais, como a prestação de serviços básicos, ligados à segurança, ao monopólio do uso legítimo da força, ao controle das fronteiras e à manutenção do estado de direito (BLANCO, 2014, p. 293-294). Tal concepção tem sido aplicada a países que enfrentam ou enfrentaram fortes guerras civis capazes de abalar as estruturas do Estado. Nesse sentido, aplicar o conceito de “Estado falido” ao caso aqui estudado não se mostra adequado.

8 Cabe aqui uma breve justificativa do uso da expressão. Tem sido comum na literatura o emprego, de forma separada, das expressões *State Building* e *Nation Building*, com conotações distintas. Além disso, essas expressões têm sido utilizadas, comumente, em contexto de pós-conflito. Segundo Blanco (2014, p. 301-303), enquanto a ideia de *State Building* se refere a (re)construção/fortalecimento de instituições estatais, a ideia de *Nation Building* faz referência a processos de (re)criação ou (re)construção de uma identidade cultural ou política. Essas expressões têm sido utilizadas no sentido centro-periferia para se referir a países que passaram por processos relativamente recentes de descolonização ou de conflitos graves e que tenham comprometido a capacidade do Estado de exercer suas funções de forma autônoma, sugerindo intervenção externa e, conseqüentemente, a ideia de reconstrução estatal. Consideramos que, com tal conotação, esses conceitos não se aplicam ao caso aqui estudado.

6.1 Estratégia da presença e *national state building*

A estratégia da presença está diretamente relacionada à necessidade de controle territorial relacionado a processos de *national state building*. O emprego dos militares em atividades ligadas a questões de desenvolvimento e de segurança revela o quanto a noção *frontier* impacta nas políticas de defesa de países da região. Nesse contexto, os exércitos não são vistos apenas como instrumento do Estado em áreas remotas, mas como o próprio Estado, responsável, muitas vezes de forma permanente, pela condução de políticas públicas de desenvolvimento regional (saúde, educação, obras de engenharia etc.) e, em muitos casos, pela segurança pública.

O desafio não consiste apenas em se fazer presente, mas, para além disso, em se constituir elemento de consolidação de um Estado Nacional ainda em formação. Nesse sentido, as palavras do chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Militares da Colômbia, general Juan Carlos Salazer, publicada no prólogo do livro *El control territorial en el siglo XXI: fundamentos teóricos* (MARTÍN MORENO, 2017), ilustram bem esse desafio:

[...] el Estado colombiano es una instancia histórica en proceso de consolidación, al igual que el territorio colombiano, pues dada sus características, aún no es contenido en su totalidad por la presencia benefactora de las instituciones estatales. Gran desafío para los primeros decenios del siglo XXI, donde por tal motivo, el papel de las Fuerzas Militares se reviste de considerable importancia, toda vez que su presencia y actuación son un elemento “sine qua non” tanto de Control Territorial, como de presencia institucional. (SALAZER, 2017 apud MARTÍN MORENO, 2017, p. 13).

Também nesse sentido, merece destaque as palavras do general Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, então Comandante do Exército Brasileiro, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados no dia 05/07/2017. Segundo ele,

[...] ao mesmo tempo em que temos que ser um Exército com aquelas características às quais me referi, um Exército moderno, com capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade!(VILLAS BOAS, 2017, n.p.).

Mais uma vez transparece, nas declarações acima, o sentimento de incompletude da efetividade estatal – de que se falou anteriormente – e a preocupação central dos militares com a presença e o controle territorial. Tal sentimento constitui um traço marcante da cultura militar dos países da região.

6.2 Vizinhança e cooperação transfronteiriça

As preocupações compartilhadas relacionadas com a presença de grupos armados ilegais próximos à fronteira entre os países da região que acabam por contribuir para despertar entre os

militares da região a percepção compartilhada de que o controle territorial na *frontier* estaria ameaçado por “inimigos comuns”.

Nesse processo, os contatos entre os militares de ambos os exércitos e a percepção mútua adotada ganham relevância. Diferentemente do que sugere a literatura clássica de Relações Internacionais, na *frontier* aqui estudada os militares tendem a enxergar na sua contraparte não uma ameaça (ainda que, em se falando de Estados soberanos, o estoque de desconfiança será sempre uma realidade), mas sim como um fator de segurança, na medida em que adotam a percepção de que os vizinhos compartilham problemas (ilícitos transnacionais) de mesma natureza.

De fato, os canais de diálogo estabelecidos entre os militares da região se constituem elemento fundamental para a construção de um sentimento de vizinhança⁹, e se manifesta através das inúmeras iniciativas de acordos firmados em conferências bilaterais, do intercâmbio de militares e das operações realizadas naquela região.

Sob tal contexto, parece viável a ampliação da cooperação militar entre os países, especialmente em relação a elementos de controle territorial numa perspectiva de *frontier*. Nesse sentido, a ampliação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), pode se constituir numa excelente oportunidade de cooperação transfronteiriça. No que diz respeito às ameaças de natureza geopolítica, entretanto, justo por envolver a participação de potências extrarregionais, pode vir a encontrar maiores dificuldades para estabelecer saídas cooperativas.

7 Considerações finais

O presente estudo buscou analisar os desafios militares na faixa de fronteira, com ênfase na Amazônia. Para tanto, dividiu-se as ameaças que atuam na região em duas categorias: geopolítica e securitárias. Ao final, observa-se que a coexistência desses dois tipos de ameaça torna complexa a análise sobre segurança e defesa na medida em que ambas ameaçam à soberania nacional, apesar de uma – a *geopolítica* – colocar em risco a soberania externa; enquanto a outra – a *securitária* – colocaria em risco a soberania doméstica.

Constata-se que a presença militar naquele espaço fronteiriço tem um significado especial, indo muito além das preocupações geopolíticas clássicas. Nesse sentido, não constitui apenas uma ponta de lança do Estado em áreas remotas, mas acaba por assumir, muitas vezes de forma permanente – e isso fica mais evidente no caso brasileiro, responsabilidades estatais, como a gestão do desenvolvimento regional em diferentes áreas: saúde, educação, obras de engenharia etc. No bojo de um histórico processo de *national state building*, as forças armadas da região ainda mantêm missões fora do que se entendem de forma geral como escopo de defesa.

Nesse sentido, conclui-se que um traço da cultura estratégica se expressa na percepção dos militares desses países de que as ameaças mais urgentes naquela área estão relacionadas à noção de *frontier*. Dizem respeito ao risco de fragmentação territorial e surgimento de poderes paralelos que ameaçam a soberania doméstica. Percebe-se, portanto, uma sobreposição da noção de *frontier* sobre a de *border*.

⁹ Segundo Galvão (2017, p. 120-121), a “vizinhança se manifesta na continuidade do adensamento político-diplomático via celebração de acordos; na realização de visitas oficiais; na atribuição de relevância mútua; na identificação de oportunidades e possibilidades de parcerias locais”.

A percepção mútua do compartilhamento de ameaças comuns contribui para gerar entre militares de ambos os lados da fronteira um elemento de identidade baseado no sentimento de vizinhança. Sob tal percepção, a presença militar do país vizinho não é vista como ameaça – o que sugeriria uma análise realista de Relações Internacionais, mas como fator de segurança.

Por outro lado, não se pode desprezar o significado da noção *border* para esses mesmos militares. Um dos traços da cultura estratégica brasileira revela o quanto os militares brasileiros são ciosos pela ideia de autonomia estratégica em relação à Amazônia, rejeitando de forma incisiva qualquer proposta de compartilhamento internacional de gestão daquela região que extrapole a presença dos “condôminos”.

Por último, constata-se a possibilidade de ampliação da cooperação militar entre os países amazônicos, especialmente em relação a elementos de controle territorial numa perspectiva de *frontier*. Entretanto, no que diz respeito à dimensão *border*, justo por envolver a participação de potências extrarregionais, pode vir a encontrar maiores dificuldades para estabelecer saídas cooperativas.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO (Brasil). **Campanhas de 1928/1929 (3ª Parte)**. Panoramas fotográficos do Topo do Pico Ricardo Franco, para documentar a conformação do Arco formado pela Serra Tumucumaque, na Cabeceira do Rio Parú do Cuminá: índios, Tiriôs, Rangús e Uianas; e Marco de identificação e tomada de posse da fronteira no Estado do Pará e Guiana Holandesa, no Divisor Mani-Pacheu. Rio de Janeiro, [1929?]. Álbum (34 fotografias em preto e branco).

AYOOB, M. **The third world security predicament**: State-making, regional conflict, and the international system. London: Lynne Rienner, 1995.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005.

BLANCO, R. Del mantenimiento de la paz al proceso de formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, México, DF, v. 54, n. 2, p. 266-318, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 45.479, de 26 de fevereiro de 1959**. Aprova o Regulamento das Colônias militares de Fronteiras da Amazônia. Brasília, DF: Presidência da República, 5 mar. 1959. Disponível em: <https://bit.ly/2rjxz7p>. Acesso em: 9 out. 2018.

BRASIL. Exército. **Manual de Campanha**: estratégia. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2001. C 124-1.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1 jul. 2005a. Disponível em: <https://bit.ly/37DiMFh>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Proposta de reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: Secretaria de Programas Regionais, 2005b.

BRASIL. Exército. **Doutrina Militar de Defesa**. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2007. MD51-M-04.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 19 dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/35BQRE9>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Exército. **O processo de transformação do Exército**. 2. ed. Brasília, DF: Estado-Maior do Exército, 2010.

BRASIL. Exército. **Estratégia da presença**: antigos conceitos, novas ideias. Brasília, DF: Centro de Estudos Estratégicos do Exército, 2015.

COSTA, W. M. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto: Edusp, 2002.

DINIZ, E. **O Projeto Calha Norte**: antecedentes políticos. 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

FRANCHI, T. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical**: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

GALVÃO, T. G. Por uma vizinhança amazônica de segurança e defesa. *In*: OLIVEIRA, M. A. G.; PAGLIARI, G. C. (org.). **Pensando defesa e integração nas fronteiras**. Recife: Editora da UFPE, 2017. p. 97-126.

KRASNER, S. D. **Sovereignty**: organized hypocrisy. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KUHLMANN, P. R. L. **Exército Brasileiro**: estrutura militar e ordenamento político (1985-2007). 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MAGNOLI, D. O Estado em busca do seu território. **Terra Brasilis**, Niterói, n. 4-5, p. 1-10, 2003.

MARQUES, A. A. **Amazônia**: pensamento e presença militar. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MARTÍN MORENO, L. A. (ed.). **El control territorial en el siglo XXI**: fundamentos teóricos. Bogotá: Departamento Ejército, 2017.

MATTOS, C. M. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. *In*: MATTOS, C. M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Biblioteca do Exército, 2011a. v. 2, p. 13-207.

MATTOS, C. M. Geopolítica e Teoria de Fronteiras. *In*: MATTOS, C. M. **Geopolítica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV: Biblioteca do Exército, 2011b. v. 3, p. 13-101.

MEDINA GARCÍA, E. M. Aportaciones para una epistemología de los estudios sobre fronteras internacionales. **Estudios Fronterizos**, Mexicali, v. 7, n. 13, p. 9-27, 2006.

ORGANIZACIÓN DEL TRATADO DE COOPERACIÓN AMAZÓNICA. Temas. **OTCA**, Brasília, DF, 19 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2s715xN>. Acesso em: 8 maio 2018.

RAMIREZ, J. G.; DUNCAN, G. Criminales y rebeldes: las hibridaciones del crimen organizado en el caso colombiano. In: MÍGUEZ, D.; MISSE, M.; ISLA, A. (comp.). **Estado y crimen organizado en América Latina**. Buenos Aires: Libros de la Araucaria, 2014. p. 163-192.

RICUPERO, R. O tratado de cooperação amazônica. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 21, n. 81, p. 177-196, 1984.

RODRIGUES, F. S. Marechal Rondon e a trajetória de um militar sertanista na Primeira República Brasileira: investigação sobre a intervenção do Estado e o processo civilizador da população indígena. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 122-134, 2017.

RODRIGUES, F. S.; SILVA, É. S. Estudos sobre colonização e imigração no norte do Brasil (1840-1930). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 22, n. 1, p. 53-73, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2KDhb8P>. Acesso em: 20 nov. 2019.

RUEDA, L. A. A. Evolución de las teorías sobre Control Territorial en el mundo y en Colombia: un estado del arte. In: MARTÍN MORENO, L. A. (ed.). **El control territorial en el siglo XXI: fundamentos teóricos**. Bogotá: Departamento Ejército, 2017. p. 23-68.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938.

TREJOS ROSERO, L. F. T. El lado colombiano de la frontera colombo-brasilera: una aproximación desde la categoría de área sin ley. **Estudios Fronterizos**, Mexicali, v. 16, n. 31, p. 39-64, 2015.

TREJOS ROSERO, L. F. T.; LUQUETTA CEDIEL, D. J. Una aproximación a la ilegalidad, el crimen organizado y ausencia estatal en la frontera colombo-venezolana. El caso del departamento de La Guajira en Colombia. **Memorias**, Barranquilla, n. 24, p. 125-148, 2014.

VARGAS, F. A. **Formação das fronteiras latino-americanas**. Brasília, DF: Funag, 2017.

VILLA, R. A. D.; MEDEIROS FILHO, O. Agências de Segurança e Defesa na América do Sul: percepções sobre o complexo regional de segurança. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS*, 1., 2007, Brasília, DF. **Anais** [...]. Brasília, DF: Abri, 2007.

VILLAS BOAS, E. D. da C. **Você sabe o que é “Corredor Triplo A”?** [...]. Brasília, DF, 19 set. 2018. Twitter: . Disponível em: <https://bit.ly/35jFCzO>. Acesso em: 17 dez. 2018.

VILLAS BOAS, E. D. da C. [Debater sobre a situação dos projetos estratégicos das Forças Armadas]. *In: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL. Audiência Pública reunião Nº: 0868/17*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2RgSVxc>. Acesso em: 02 dez. 2019.

WALT, S. M. Who Will Save the Amazon (and How)?: It's only a matter of time until major powers try to stop climate change by any means necessary. **Foreign Policy**, Washington, D.C., Aug. 5, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/347bsjm>. Acesso em: 3 set. 2019.